

Eixo Temático

Políticas Educacionais

Título

As políticas educacionais para a formação de professores alfabetizadores no contexto neoliberal.

Autor(es)

Kaite Zila Wrobel Luz

Instituição

Universidade Estadual de Ponta Grossa

E-mail

Kaiteangelo@hotmail.com

Palavras-chave

Políticas educacionais, formação continuada, qualidade na educação.

Resumo

A presente reflexão acerca dos programas de formação continuada do governo federal, Pró-Letramento e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tem como objetivo propor uma investigação sobre a questão da qualidade da educação na evolução da qualidade do processo ensino-aprendizagem, tendo como pressupostos as ações que compõem os programas no âmbito relativo à formação continuada de docentes o qual almeja a melhoria de suas práticas pedagógicas e o direito à educação. Como também a estimulação dos discentes quanto ao processo de aquisição eficiente do funcionamento do sistema de escrita e a matemática, para que essa aprendizagem se concretize de forma mais eficiente e para a aquisição do conhecimento. Além das avaliações anuais como parâmetro de indicação de desempenho para conferência dos objetivos propostos.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

Sendo assim todo esse contexto educacional remete-nos a analisar por meio de uma investigação científica, como essa política pública educacional específica, que está sendo aplicada a nível nacional, se faz pertinente a contribuir para a mudança dos níveis de qualidade na educação, correlacionada a uma formação docente que resulte em práticas mais consistentes dos docentes. Sabendo que os reais impactos da aprendizagem dos alunos poderemos observar concretamente em longo prazo, promover a discussão sobre os objetivos das políticas públicas em questão propiciará a atuação consciente dos professores, em nível de aplicação como na exigência de uma atitude de aperfeiçoamento constante em relação a fundamentos educacionais indispensáveis ao trabalho pedagógico eficiente e significativo, portanto, fornecendo subsídios teóricos para adequar os programas as demandas educacionais de cada realidade social, sem a pretensão de concluir a reflexão mais com o propósito de levar as categorias envolvidas a se fazerem sujeitos conscientes da demanda de programas educacionais a que são submetidos no âmbito político-social-educacional.

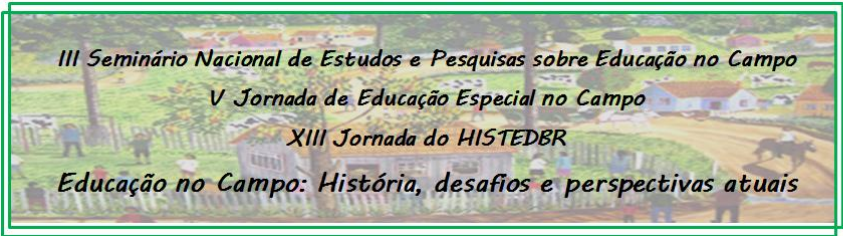
Texto Completo

Iniciamos nosso tema para debate e análise refletindo acerca das políticas educacionais no Brasil mediante breve discorrer sobre como essas políticas veem se formalizando em nossa realidade educacional, em questões de institucionalização (leis, decretos, documentos oficiais) e a influência dos organismos internacionais nesse embate.

Buscando reviver os processos históricos no desenvolvimento das políticas públicas educacionais no cenário brasileiro, e de como se constituiu o planejamento no âmbito da educação, não apenas a nível de investimento financeiro e estrutural, nos reportamos aos fenômenos políticos, especificamente na reforma do aparelho do estado na década de 1990, e as interações com o Banco Mundial¹ assim como as características do momento histórico, configuradas na publicização e na descentralização do Estado.

Sabe-se da indiscutível influência dos organismos multilaterais no contexto político e econômico (LUZ, 2014), não só no Brasil, mais em muitos dos países em desenvolvimento, influência essa formalizada por meio da necessidade desses países necessitarem de recursos financeiros para manter seu poder estatal, e reestruturar suas

¹ Inicialmente criado pra a reconstrução da Europa pós-guerra, transformou-se num banco de desenvolvimento, voltado ao financiamento de projetos de infra-estruturapara os países em desenvolvimento, tornando-se o maior organismo mundial de financiamento para a educação (SALOMÃO, p.55, 2014).



economias frágeis.

No que se refere por outro ângulo os países centrais do capitalismo, podemos verificar que seus interesses de manutenção da ordem vigente, não se limitaram apenas ao acúmulo de mercadorias, lucro e meios de produção. Mas abarcaram outros setores da sociedade que indiretamente reforçam a lógica capitalista, como é o caso da educação, utilizada como mantenedora da reprodução por meio da qualificação profissional de mão de obra para balisar esse contexto neoliberal.

Quando o governo brasileiro intensificou suas relações externas de busca de investidores para manter seu sistema político, em virtude do contexto de insuficiência de resultados na área educacional, ocorreu como contrapartida a política intervencionista desses organismos, para poder alinhar os investimentos às condicionalidades assumidas, ou seja, em metas a serem alcançadas.

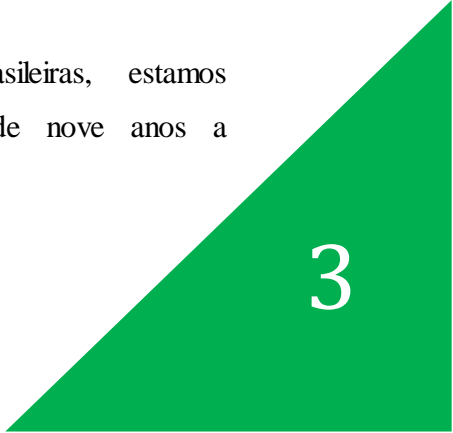
Todo esse arcabolo de estratégias foram discutidas, agendadas, na Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 (Jomteim, Tailândia), no que veio a desembocar no Plano Decenal de Educação para Todos (1993) no Brasil, aonde constatamos o estabelecimento de metas em busca da universalização da educação de qualidade prioritariamente ao Ensino Fundamental estendendo para a Educação Infantil (BRASIL, 2003).

Com a constituição de novos padrões de gestão educacional vemos a história das políticas públicas voltadas para a educação sofrerem manobras regimentais, adequações legislativas, como o que ocorreu com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/1996), aonde prevaleceu em suma o interesse neoliberal de fortalecimento da dependência do Brasil aos grandes investidores internacionais (os detentores da propriedade privada).

Nesse panorama neoliberal, no decorrer do tempo, observamos a concretização desses ideais capitalistas cada vez mais presentes em nossa realidade educacional, ou seja, dentro das escolas, dentro das salas de aula, na formação dos docentes, enfim no espaço aonde as políticas públicas educacionais se efetivam a nível mensurável por meio da totalidade.

No contexto atual das políticas educacionais brasileiras, estamos vivenciando nas escolas do ensino fundamental (anos iniciais) de nove anos a

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



implantação desde 2012, de um programa federal que se refere a formação continuada dos docentes atuantes nos primeiros, segundos e terceiros anos da educação básica, refletindo todo essa contextualização econômica e social nos objetivos educacionais do governo federal nas ações efetivas diretamente nos estabelecimentos de ensino brasileiros.

A *priori*, sabe-se que o interesse por este debate a respeito das políticas públicas de formação docente fundamentam a pesquisa desse tema, pelo fato de nos questionamos sobre sua viabilidade de ação na garantia do ensino- aprendizagem sob a ótica da qualidade, princípio almejado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), apesar dos implicativos políticos internacionais já mencionados.

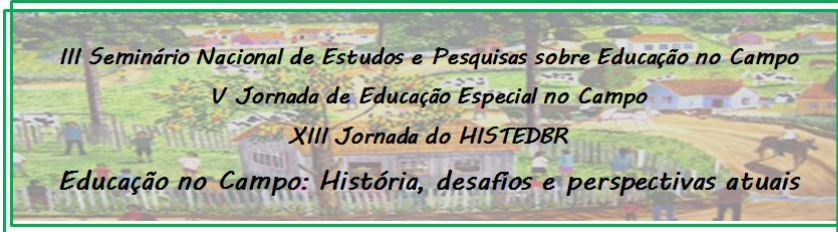
Outro ponto a considerar, é refletir em relação a prática pedagógica dos docentes. Que contribuições mensuráveis realmente essa formação continuada com periodicidade semanal e de caráter obrigatório remunerado proporciona? Pois torna-se necessário analisarmos a concretude do ensino-aprendizagem, o qual se materializa nas políticas públicas e nas relações sociais definidas no corpo jurídico.

Portanto, visualizando o tema elegido para a pesquisa somos instigados a esmiuçar as mediações que compõem esse fenômeno educacional, pois tratam-se de Políticas Públicas que integram ações do governo federal, atrelada a fundos de financiamento estrangeiro com determinadas finalidades.

Sendo assim as políticas encadadas para essa análise presente se configuram desde o Pró-Letramento (2005), reeditado em 2007 em vistas ao PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) até nos reportarmos ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012).

Cabe frisar que a importância das ações pactuadas, denotam sua complexidade ao presenciarmos ambas previstas legalmente no corpo textual do Plano Nacional de Educação, em relação ao Pró-Letramento ação integrante em 2005 do PNE, e o PNAIC citado na meta 5, que trata dos objetivos e estratégias para promover a alfabetização na idade certa, no PNE aprovado em 2014.

Nesse sentido, gostaríamos de pontuar algumas questões referentes as exigências legais relacionadas as políticas educacionais mencionadas, destacando o contexto econômico e político vigente alicerçado nas premissas do sistema capitalista,



sob a concepção neoliberal, que prima pelos resultados quantitativos, os quais expressam através de indicadores a qualidade da educação básica brasileira.

Esses indicativos balizados em perspectivas que objetivam a questão da apropriação da Alfabetização e linguagem e na Matemática, dando um suporte na ação pedagógica por meio de parcerias em rede com Universidades, Secretarias de Educação, e escolas públicas, na formação continuada de docentes atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, observados e quantificados por meio de avaliações periódicas realizadas pelo MEC².

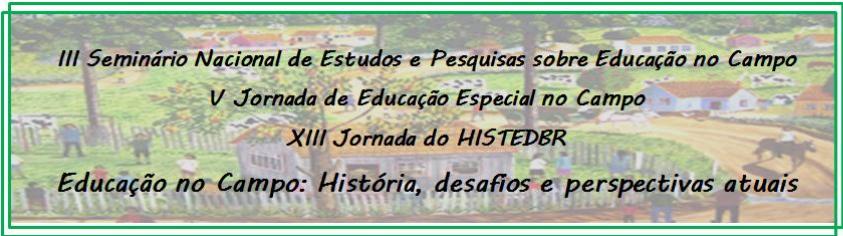
Para analisarmos qual qualidade-quantidade objetiva-se usufruir do conceito desenvolvido por Gramsci (1984), a respeito desta categoria marxiana, a partir do entendimento que qualidade e quantidade formam um único conteúdo de promoção social, o que nos permite inferir na ação investigativa mediante uma postura reflexiva e que conduz a pontuar sobre os parâmetros que instrumentalizarão a definição da análise dessa categoria.

dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso. E, de fato, quando se contrapõe a qualidade à quantidade (...) contrapõe-se, na realidade, uma certa qualidade a outra qualidade, isto é faz-se uma determinada política e não uma afirmação filosófica. Se o nexos quantidade-qualidade é inseparável, coloca-se a questão: onde é mais útil aplicar a própria força de vontade, em desenvolver a quantidade ou a qualidade? Qual dos dois aspectos é mais controlável? Qual é mais facilmente mensurável? Sobre qual dos dois é possível fazer previsões, construir planos de trabalho? A resposta parece indubitável: sobre o aspecto quantitativo. Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto 'corpóreo' do real, não significa que se pretende esquecer 'a qualidade', mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo do qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (Gramsci, 1978, p. 50).

Isso envolve indagarmos: Qual o papel da educação face à qualidade? Quais os rumos da política pública brasileira em face a efetivação do ensino-aprendizagem de qualidade?

Para respondermos esses questionamentos cabe discorrermos sobre o que constitui em nível de prática pedagógica cada um desses programas direcionados ao

² Ministério de Educação.



ensino-aprendizagem e a formação continuada dos docentes.

No caso do Pró-letramento, programa instituído aos municípios que aderiram em 2005, organizado em materiais didáticos que esboçaram em oito temas seus objetivos educacionais, os quais são: capacidades linguísticas da alfabetização e avaliação; alfabetização e letramento; questões sobre avaliação; a organização do tempo pedagógico e o planejamento de ensino; organização e o uso da biblioteca escolar e das salas de leitura; o lúdico na sala de aula; projetos e jogos; o livro didático em sala de aula: algumas reflexões; modos de falar/modos de escrever e fascículo complementar.

A formação continuada caracterizava-se por encontros semanais em contra-turno, onde os docentes eram convidados a participar, as capacitações eram realizadas por professores formadores do próprio quadro do município, os quais eram capacitados pelas universidades parceiras da rede nacional de formação continuada, as atividades de estudo e de prática pedagógica eram baseadas em situações reais organizadas nos materiais, aonde se propunham ações práticas para serem aplicadas em sala de aula.

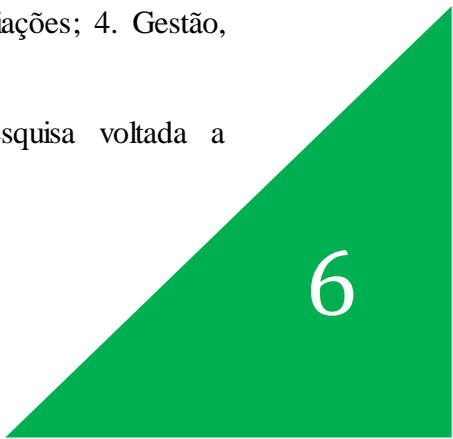
Essa formação foi durante anos um dos instrumentos de formação dos docentes na realidade brasileira, que antecedeu o programa hoje em evidência em nossas instituições escolares no Brasil, o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), aonde se buscou ampliar e reafirmar o compromisso por uma educação de qualidade, focando na alfabetização das crianças até no máximo oito anos de idade, ou seja, terceiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, por meio da portaria nº 867 de 1 de julho de 2012.

Também em caráter de formação continuada, em parcerias com universidades conveniadas ao MEC, propõe: a) a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática; b) a realização de avaliações anuais universais feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para os concluintes do terceiro ano do ensino fundamental; c) apoio gerencial dos estados aos municípios que tenham aderido ao Programa PNAIC para sua efetiva implementação.

Tendo como eixos centrais do trabalho pedagógico, ou seja, de ações específicas do programa: 1. Formação; 2. Materiais Didáticos; 3. Avaliações; 4. Gestão, mobilidade e controle social.

Tendo como interesse, desenvolver a temática da pesquisa voltada a

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



enriquecer e possibilitar discutir categorias e conceitos que ampliem o entendimento sobre a construção de políticas educacionais que promovam a qualidade na educação, tendo como principal foco investigativo a questão do direito a educação, elencou-se assim esses programas de formação continuada, por acreditar-se em sua pertinência no resultado concreto, real na vida de alunos e professores inseridos no contexto da sala de aula.

Esse movimento atual de formação docente e ações específicas no âmbito da alfabetização nos remete a elencar aspectos de reflexão e análise sobre essa política tão concretamente evidente em nossas escolas brasileiras.

Como por meio desta aferição de conteúdo e de normatização dos programas presentes como ações diretas do governo federal, podemos contribuir para conscientizar a comunidade escolar sobre a aplicação execução desses programas, acreditamos que a reflexão fará esse papel, levando a investigação para amplos debates, proporcionando o enriquecimento e a concretização do direito a educação subentendido nas políticas públicas educacionais.

Mediante as exigências inferidas a educação, percebemos os desdobramentos de metas em vista a garantia de investimentos estrangeiros. Os quais inquietam e promovem a formalização de elementos investigativos, no âmbito dos resultados dessas obrigações no campo educacional, e na efetivação de uma educação de qualidade, questões que compõem os objetivos mencionados no novo Plano Nacional de Educação e em seus desdobramentos em programas dirigidos a Estados e Municípios brasileiros (SAVIANI, 2013).

Nesse sentido, no campo educacional ouvimos falar comumente, sobre a importância da educação para a transformação da realidade excludente e contraditória, a função salvadora da educação para a sociedade desigual em que estamos inseridos. Contudo, a investigação balizada pelos conceitos presentes no materialismo histórico, permite entendermos que a educação é apenas uma parte mediante a totalidade das relações sociais.

Sendo assim, é necessário compreender as mediações, ou seja, as regras envolvidas, metas, avaliações, estatísticas, programas conjunturais ou orgânicos

(SAVIANI, 2010), que os sujeitos envolvidos se deparam na prática social, e não possuem consciência denotando uma condição pro-forma (LIMA, 2011), cumprindo exigências quase sempre atreladas a verbas para manutenção do ensino básico na educação.

Instigando e propiciando amplos espaços e discussão, e análise aprofundada, análises essas que poderão ser revertidas em ampliação da qualidade da educação em função das práticas desenvolvidas através das políticas públicas implantadas na realidade escolar brasileira.

Quando pensamos na palavra qualidade são múltiplos seus conceitos, como firma Azevedo (2011, p.411):

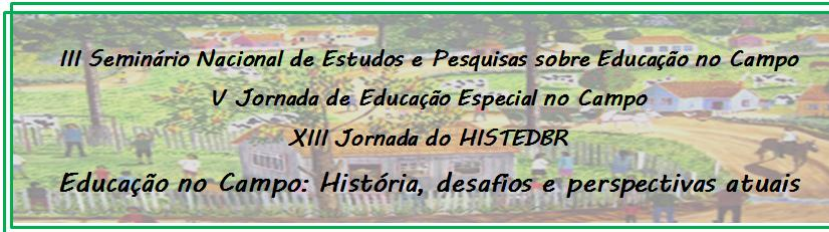
[...] princípio por demarcar a importância dos significados múltiplos que assumem os conceitos, quando analisamos políticas públicas educativas, para melhor compreendê-las nos seus alcances e rumos, trazendo, sempre que possível, elementos históricos de nossa política educacional, que deem concretude às tentativas de reflexão teórica.

Encontrando sujeitos sociais inseridos em um processo histórico de formação humana e profissional, cada espaço escolar com suas singularidades, cada professor e/ou grupo de professores com suas práticas pedagógicas, com sua formação profissional, com políticas balizadas por objetivos bem definidos e avaliações homogêneas.

Todas essas proposições necessitam de um olhar investigativo, conduzem a inúmeras possibilidades de reflexão, ampliando a gama de debate, principalmente quando falamos em educação, muito mais quando falamos em políticas públicas educacionais.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, J. M. L. de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.3, set./dez.2011.



BALL, S. MAINARDES, J. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993. Versão acrescida, 136 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. Documento Referência. Brasília, 2010.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

GADOTTI, M. **Os compromissos de Jomtien**: Estado e sociedade civil. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Os_compromissos_2000.pdf> Acesso em: 06 mai. 2014.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GRAMSCI. A. **Concepção dialética da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI. A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, A. B. (org.). **Estado e o controle social no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

LUZ, A. J. C. **As implicações da reorganização do Estado Brasileiro (a partir dos anos 1990) nos processos de planejamento da educação brasileira e o controle social: o caso do Plano Municipal de Carambeí (PR)/2006**. Guarapuava, 2014.

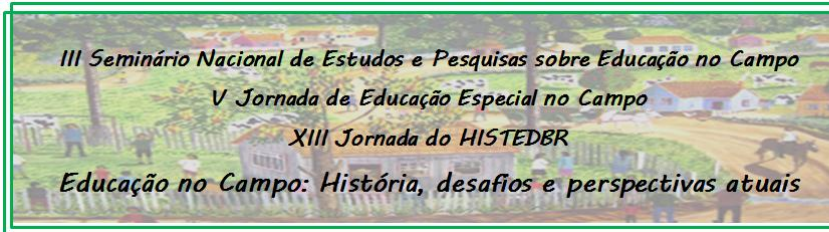
MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

NETTO, J. P. **A introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

SALOMÃO, R. **A formação continuada de professores alfabetizadores: do pró-letramento ao PNAIC**. Ponta Grossa, 2014.

SAVIANI, D. **A história das ideias pedagógicas**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Rev. Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231 – 1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2014.

SILVA, M. A. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto-pedagógico da escola**. Caderno Cedes. Campinas, v. 23, n. 61, p. 283 – 301, dez. 2003. Disponível <<http://www.cedes.unicamp.br>>

TELLO, C. ALMEIDA, M. L. P. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em Política Educacional**. Campinas: Mercado das letras, 2013.

TOZETTO, S. S.; LAROCCA, P. **Desafios da formação de professores: saberes, políticas e trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2014.

UNESCO. Foro Mundial sobre la Educación: **Informe Final**. abr. 2000. Disponível: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121117s.pdf>>.

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015